



Universidade de Brasília  
INSTITUTO DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS  
CRISANA DE SOUZA CORREIA

**O DISCURSO QUE FUNDAMENTA A EXCLUSÃO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS  
MARCADORES DE OFENSIVIDADE NOS DISCURSOS RACISTAS.**

**Brasília  
2014**

CRISANA DE SOUZA CORREIA

**O DISCURSO QUE FUNDAMENTA A EXCLUSÃO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS  
MARCADORES DE OFENSIVIDADE NOS DISCURSOS RACISTAS.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à  
Universidade de Brasília como exigência parcial para  
obtenção do título de Licenciada em Letras Português.

Orientador: Professora Dr<sup>a</sup>. Francisca Cordélia Oliveira  
da Silva

**Brasília  
2014**

Dedico este trabalho aos meus pais por se constituírem diferentemente enquanto pessoas, e admiráveis em essência, estímulos que me impulsionaram a buscar vida nova a cada dia, meus agradecimentos por terem aceitado se privar de muito, concedendo a mim a oportunidade de me realizar ainda mais.

## AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, em primeiro lugar, a Deus, mais do que me criar, deu propósito à minha vida. Vem dEle tudo o que sou, o que tenho e o que espero. Sem Ele, eu nada seria.

Dedico esta, bem como todas as demais conquistas, aos meus pais (José e Eva) que formaram os fundamentos do meu caráter, que nunca mediram esforços para me ajudar, que choraram o meu choro e dividem comigo, as alegrias que a vida tem proporcionado, que, por me amarem imensuravelmente, me corrigiram no momento em que eu estava errada (nunca me esquecerei daquele pé de goiaba aos fundos de casa, eita chicote dolorido!), meus irmãos (Cleiton e Clenia – exemplos de onde quero chegar!), meus sobrinhos (Arthur, Gabriel e Felipe – Os Cuecas...), meus cunhados, por aguentarem as chatices que nem eu mesma aguentei dos meus irmãos (e as minhas também, claro!).

Quero dedicar especialmente a minha avó Joana, referência de paciência, amor e cuidado para com os seus, ao meu avô João (*in memoriam*), que infelizmente não me acompanhará em minhas próximas conquistas, mas sempre será lembrado pelo seu modo de agir, sua honestidade, e seus olhos marejados, sempre que um sorriso frouxo nascia em seus lábios. Todo amor e respeito a vocês!

Aos tios, primos e amigos de perto e de longe, pelo amor e preocupação demonstrados através de ligações, visitas e orações. Agradeço por aliviarem minhas horas difíceis, me alimentando de certezas, força e alegria. Sempre me incentivando a seguir em frente, apesar do pouco ânimo e da falta de vontade. Obrigada por acreditarem em mim, quando eu não conseguia acreditar.

À professora e orientadora deste trabalho, Cordélia, pelo desprendimento ao escolher me dar apoio, mesmo quando podia não parecer algo promissor. Obrigada pela paciência, pelo incentivo, pela força e principalmente pelo carinho.

Muito obrigada nunca será o suficiente para demonstrar a grandeza do que recebi de todos vocês. Peço a Deus que os recompense a altura.

## RESUMO

Este trabalho abordou o campo discursivo das relações raciais brasileiras representadas em *corpus* de textos jornalísticos publicados na internet, a partir de estudos da Análise do Discurso Crítica. Destaca-se a opção de conceito de discurso adotada por Fairclough, onde o discurso é adotado como práticas nas relações sociais, bem como construção social da realidade. Foi realizada uma análise das relações lexicais das palavras racismo, discriminação racial, preconceito e insultos raciais. Entre as propriedades discursivas que são relevantes para o estudo da questão social e investigação do fenômeno ideológico, a seleção lexical é uma das que está mais associada a crenças, atitudes e ideologias dos interlocutores e por isso contribui para a identificação das representações sociais que os membros da sociedade têm das estruturas sociais. A linguagem como discurso não é neutra, mas um modo de produção social, uma articulação entre os fenômenos linguísticos e os processos ideológicos.

Palavras-chave: Léxico; Ideologia; Racismo; Análise de Discurso Crítica.

## RESUMEN

Este trabajo aborda el campo discursivo de las relaciones raciales brasileñas representadas en el corpus de artículos de prensa publicados en Internet, a partir de estudios de Análisis Crítico del Discurso. Cabe destacar la opción de concepto discurso adoptado por Fairclough, donde se adopta el discurso como las prácticas en las relaciones sociales y la construcción social de la realidad. Se realizó un análisis de las relaciones léxicas de las palabras el racismo, la discriminación racial, los prejuicios y los insultos raciales. Entre las propiedades discursivas que son relevantes para el estudio de las cuestiones sociales y la investigación de fenómeno ideológico, la selección léxica es uno que está más asociado con las creencias, las actitudes y las ideologías de los partidos y por lo tanto ayuda a identificar las representaciones sociales que los miembros la sociedad tiene estructuras sociales. El lenguaje como discurso no es neutral, sino un modo de producción social, una relación entre los fenómenos lingüísticos y procesos ideológicos.

Palabras clave: Léxico; ideología; Racismo; Análisis Crítico del Discurso.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2 CONTEXTUALIZAÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>3 DELINEANDO OS PRINCIPAIS CONCEITOS: RACISMO, PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO RACIAL.....</b>	<b>12</b>
3.1 Nação orgulhosa da miscigenação ou mera reprodutora de estereótipos?.....	13
3.2 O que vem a ser racismo?.....	15
3.3 O que são insultos raciais.....	16
3.4 As situações do insulto.....	18
3.5 Intolerância correlata.....	20
3.6 Intolerância quanto ao gênero feminino.....	20
3.7 A mulher negra.....	22
<b>4 LINGUAGEM E PODER.....</b>	<b>24</b>
4.1 A constituição da Análise de Discurso Crítica.....	24
4.1.1 <i>A Análise Crítica de Discurso de Norman Fairclough</i> .....	25
4.2 Léxico e ideologia na produção discursiva.....	27
4.3 Marcadores de ofensividade.....	29
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>33</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>35</b>

## 1. INTRODUÇÃO

“Na luta contra o racismo, o silêncio é omissão”.  
(Jacques d’Adesky)

O preconceito racial representa um dos maiores tabus do Brasil, sendo que o aprofundamento do debate sobre o assunto ainda é mediano, e está longe de se chegar ao nível necessário para a completa mudança no pensamento da sociedade.

Entendo que se trata de uma ferida aberta, que não encontrará cura enquanto não for discutido seriamente por parte da sociedade brasileira, objetivando encontrar as saídas que o caso requer.

O aprofundamento do debate deverá proporcionar um diagnóstico das raízes do preconceito entre nós, possibilitando encontrar respostas para ações preconceituosas seja no trabalho, escola ou em qualquer relação social. Entretanto, é preciso muito mais que debates, faz-se necessário encontrar formas de combater as práticas racistas existentes entre nós, decorrentes de uma sociedade de origem colonial.

O objetivo deste trabalho é contribuir de algumas maneiras para a linguística aplicada à análise das relações raciais no Brasil. A primeira é de cunho prático (ainda que tratado de maneira geral), na qual pretendo demonstrar implicações de construções discursivas que permeiam a questão racial. Da mesma forma, é prioridade investigativa, verificar qual o vocabulário utilizado nas ofensas raciais contra negros no Brasil, bem como compreender a maneira como os atores sociais são representados nas reportagens sobre o racismo na internet. A pesquisa abrange matérias publicadas na internet, e divulgadas nos mais conhecidos sites de informações.

O interesse em desenvolver esse trabalho é fruto das constantes situações de discriminação e preconceito constatado no dia a dia. Os negros geralmente são vítimas de “brincadeiras” e recebem apelidos pejorativos relacionados à cor da pele ou ao cabelo.

No estudo realizado por Santos (2005, p. 79), ela constatou que a referência negativa ao cabelo afro configurou-se como marca fenotípica mais explicitamente mencionada nas situações de ofensas raciais. “[...] o cabelo constitui a característica física mais funcional para se discriminar racialmente.” Ainda de acordo com a autora, “a discriminação racial se reproduz em vários contextos sociais das relações entre negros e brancos”.

As constantes situações de discriminação e preconceito constatadas no dia a dia me provocam inquietações e mostram a necessidade de buscar explicações. Não é fácil encontrar



respostas claras e diretas para entender tais situações, devido à complexidade que envolve este tema, porém, elas podem fornecer pistas e entendimentos que ajudarão a melhorar o trabalho no cotidiano da sociedade como um todo.

Pesquisas já realizadas, como a de Cavalleiro (2000), mostram que as diferenças de fenótipo entre negros e brancos são entendidos como desigualdades naturais, que justificam os discursos racistas nas práticas sociais. As crianças brancas revelam situações e apresentam atitudes preconceituosas e discriminatórias tais como: xingamentos, ofensas, brigas e apelidos. Essas situações de discriminação são frequentes e ocorrem na presença de adultos, sem que eles, muitas vezes, tomem atitudes, demonstrando, assim, a necessidade de uma ação mais firme e presente em toda a sociedade.

As seções deste trabalho são complementares e cada qual concentrado em um aspecto específico que contribui para a análise das relações raciais, representadas na mídia da internet. A seção 2 traz uma breve contextualização do racismo no Brasil, buscando encontrar no passado, as questões sobre como o brasileiro lida com a questão racial.

A seção 3 traz as revisões teóricas que subsidiam o trabalho em questão. Nela trato do campo semântico focalizado na palavra-chave **racismo** e nos itens lexicais **discriminação racial** e **preconceito**, além da colocação **insultos raciais**.

É na seção 4 que apresento a ADC, de Norman Fairclough, teoria base desta pesquisa, analisando trabalhos que utilizam métodos e recursos da Linguística em favor das pesquisas em ADC, apresentando contribuições importantes de estudos discursivos da mídia em relações raciais. É nesta seção onde se encontra a análise propriamente dita, onde abordo algumas investigações de itens lexicais e de colocações de centralidade conceitual nas reportagens reunidas, foco principal da pesquisa e determinante na relação do *corpus*.

As Considerações Finais são dedicadas a uma reflexão crítica de todo o percurso da pesquisa, apresentando argumentos conclusivos sobre as contribuições do trabalho. Também são tecidos comentários sobre o funcionamento da linguagem como representada no *corpus* da mídia em questão.

São usados como aporte teórico os seguintes textos: Ciconello (2008); Fairclough (1992, 1997, 2001); Gil (2009); Guimarães (2005); Hasenbalg (1979); Müller (2006); Pedro (1997); Santos (2007); van Dijk (1997, 2003).

## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO

Para Alexandre Ciconello (2008), o racismo é um dos principais fatores estruturantes das injustiças sociais que acometem a sociedade brasileira e, conseqüentemente, é a chave para entender as desigualdades sociais que ainda envergonham o país. Metade da população brasileira é negra e a maior parte dela é pobre. As inaceitáveis distâncias que ainda separam negros de brancos, em pleno século XXI, se expressam nas relações interpessoais diárias e se refletem nos acessos desiguais a bens e serviços, ao mercado de trabalho, ao ensino superior, bem como ao gozo de direitos civis, sociais e econômicos. Há também outras causas das persistentes desigualdades raciais, como o passado de exclusão e invisibilidade da população negra, sua condição de pobreza e, sobretudo, a negação de seus direitos após a abolição da escravidão no Brasil, em 1888.

Para Rainer Sousa, professor do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, no Brasil, a história de seus conflitos e problemas envolveu bem mais que a formação de classes sociais distintas por sua condição material. Nas origens da sociedade colonial, o nosso país ficou marcado especificamente pela exclusão dos negros. Mais que uma simples herança de nosso passado, essa problemática racial toca o nosso dia a dia de diferentes formas.

É no passado que podemos levantar as questões sobre como o brasileiro lida com a questão racial. A escravidão africana instituída em solo brasileiro, mesmo sendo justificada por preceitos de ordem religiosa, perpetuou uma ideia corrente de que as tarefas braçais e subalternas são de responsabilidade dos negros. O branco, europeu e civilizado, tinha como papel, no ambiente colonial, liderar e conduzir as ações a serem desenvolvidas. Em outras palavras, uns (brancos) nasceram para o mando, e outros (negros) para a obediência.

No entanto, também devemos levar em consideração que o nosso racismo veio acompanhado de seu contraditório: a miscigenação. Colocada por uns como uma estratégia de ocupação, a miscigenação questiona se realmente somos ou não pertencentes a uma cultura racista. Para outros, o mestiço definitivamente comprova que o enlace sexual entre os diferentes atesta que nosso país não é racista. Surge, então, o mito da chamada democracia racial.

Porém, a miscigenação não exclui os preconceitos. A constituição coloca a discriminação racial como um crime inafiançável. Entre nossas discussões proferimos, ao

mesmo tempo, horror ao racismo e admitimos publicamente que o Brasil é um país racista. Tal contradição indica que nosso racismo é velado e, nem por isso, pulsante.

Ultimamente, os sistemas de cotas e a criação de um ministério voltado para essa única questão demonstram o tamanho do nosso problema. Ainda aceitamos distinguir o negro do moreno, em uma aquarela de tons em que o último ocupa uma situação melhor que a do primeiro. Isso nos indica que o alcance da democracia é um assunto tão difícil e complexo como a nossa relação com o negro no Brasil.

O racismo está entranhado nas relações sociais no Brasil. Uma característica marcante, é que a expressão do racismo se modifica com o tempo, manifestando-se em diferentes e novas formas, gerando e mantendo intacta a perversa estrutura de desigualdade entre a população negra e branca no país.

Uma pesquisa de opinião realizada pela Fundação Perseu Abramo em 2003 (SANTOS & SILVA, 2005), demonstra que 87% dos brasileiros admitem que há racismo no Brasil, contudo apenas 4% se reconhecem como racistas. Podemos extrair duas consequências desses dados: a primeira é que o racismo existe não pela consciência de quem o exerce, mas sim pelo sofrimento de quem sofre seus efeitos. A segunda consequência é que o racismo no Brasil, embora perceptível, se localiza sempre no outro, nunca nas práticas cotidianas de seus agentes, o que torna ainda mais difícil sua superação.

Como demonstrado ao longo do capítulo, a discriminação racial no Brasil é responsável por parte significativa das desigualdades entre negros e brancos mas, também, das desigualdades sociais em geral. Essas desigualdades são resultado não somente da discriminação ocorrida no passado, mas, também, de um processo ativo de preconceitos e estereótipos raciais que legitimam procedimentos discriminatórios.

Para poder reverter esse quadro e promover um modelo de desenvolvimento no qual a diversidade seja um dos seus sustentáculos, no qual prevaleça a cultura da inclusão e da igualdade, faz-se necessário entender que a desigualdade racial no Brasil resulta da combinação de diversos fenômenos complexos, tais como, o racismo, o preconceito, a discriminação racial, incluindo-se a discriminação institucional. O enfrentamento desses fenômenos requer a atuação conjunta de um Estado efetivo com uma Sociedade ativa e fortalecida. Requer, ainda, a articulação de diferentes tipos de intervenção, tais como a repressão às práticas de racismo, ações de valorização da população negra, bem como políticas sociais universais.

### 3. DELINEANDO OS PRINCIPAIS CONCEITOS: RACISMO, PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO RACIAL

Para se compreender a análise pretendida neste trabalho, considero importante fazer a discussão sobre a distinção dos conceitos de racismo, preconceito e discriminação racial, os quais, muitas vezes, são tratados como sinônimos.

Para Jaccoud e Beghin (2002, p. 38), em linhas gerais, o **racismo** é definido como uma “ideologia que apregoa a existência de hierarquia entre grupos raciais”. Isto é, acredita-se que os brancos sejam superiores aos negros em razão de suas diferenças fenotípicas. O racismo surgiu e se consolidou entre os seres humanos gradativamente. Transmitido por meio de gerações, o racismo entranhou-se em nossa sociedade e é refletido em nossas relações sociais.

Müller (2006, p. 123) afirma que:

O racismo e o preconceito nem sempre têm explicações racionais. São sentimentos construídos ao longo da vida, através do convívio com outras pessoas racistas ou preconceituosas e que transmitem essas ideias pejorativas sem nenhuma comprovação, apenas insistindo nos julgamentos negativos que eles têm sobre os outros.

O **preconceito racial**, por sua vez, “[...] limita-se à construção de uma ideia negativa sobre alguém, produzida a partir de uma comparação realizada com o padrão que é próprio àquele que julga” (JACCOUD e BEGHIN, 2002, p. 38). Ou seja, é a predisposição aversiva de um grupo em relação a outro, motivado pela cor da pele.

Outra definição pertinente é encontrada em Guimarães (2004, p. 17), que conceitua **racismo** não como ideologia, mas como doutrina, “que prega a existência de raças humanas”, as quais constituem “um gradiente hierárquico de qualidades morais, psicológicas, físicas e intelectuais”. O racismo é também “referido como sendo um corpo de atitudes, preferências e gostos instruídos pela ideia de raça e superioridade racial” (GUIMARÃES, 2004, p. 17). Já o **preconceito** é um “sistema de atitudes” calcado em “propósitos e disposições interiores” que, ao se tornar comportamental, incorre em discriminação racial, que é o “tratamento diferencial de pessoas baseado na ideia de raça”, que pode “gerar segregação e desigualdade raciais”.

A **discriminação racial** é uma ação, uma manifestação de comportamento, ato, que prejudica determinada pessoa ou grupo de pessoas em razão de sua cor. Impedir uma pessoa

negra de ocupar uma posição de destaque no mercado de trabalho por motivos injustificáveis é um exemplo de discriminação racial.

Nessa perspectiva, podemos dizer que a discriminação:

Tem o sentido de separar, distinguir, estabelecer diferenças, segregar. Traduz-se em ações negativas concretas, em práticas individuais e institucionais que violam os direitos sociais e humanos e a igualdade de tratamento, com base em critérios pré-estabelecidos, de forma singela ou não (GONÇALVES, 2007, p. 32).

O **preconceito racial** no Brasil envolve atitudes e comportamentos negativos das pessoas em relação ao negro, os quais se dão em função da cor. Como nos afirma Hasenbalg (1979, p. 1), “a essência do preconceito racial reside na negação total ou parcial da humanidade do negro e outros não brancos e constitui a justificativa para exercitar o domínio sobre os povos de cor”.

Sendo assim, a discriminação necessita de um ambiente social para que seja exercida, uma vez que a ideia de discernimento nela contida, seja positiva ou negativa, emerge em posicionamentos assimétricos entre pessoas ou instituições na sociedade. Mas, se o preconceito for concebido como “um sentimento” ou “uma ideia”, ou mesmo um sistema de atitudes ou de predisposições internas, este parece muito mais peculiar à esfera do indivíduo do que à esfera coletiva, uma vez que não necessita ser expresso ou revelado de forma prática para que tenha existência.

### **3.1 Nação orgulhosa da miscigenação ou mero estereótipo?**

Em um país com mais de 50% da população formada por pretos e pardos, a luta contra o racismo poderia ser um ato inócuo. No Brasil, porém, os dados mostram que a nação pacata, supostamente orgulhosa da própria miscigenação, não passa de um mito. Segundo dados da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), a cada dois dias, um relato de racismo com indícios suficientes para se transformar em denúncia é registrado na ouvidoria do Governo Federal. Nas delegacias do Distrito Federal, o número de queixas subiu 40% entre 2012 e 2013, saindo de 310 para 434.

A capital, que abriga gente de todo canto do Brasil e tem representações diplomáticas de diferentes continentes, cultiva a intolerância contra a cor da pele do seu semelhante. Enquanto uma parcela da população assiste perplexa aos recorrentes crimes de racismo, as vítimas são tomadas pela impotência e pela revolta, pois não conseguem o respaldo legal para a punição exemplar dos algozes.

Para Carlos Alberto Reis de Paula, primeiro ministro negro a assumir o comando do Tribunal Superior do Trabalho (TST), "... a sociedade brasileira é racista, discriminatória e usa de discriminação por um motivo muito simples: uma questão cultural. O problema maior é que essa mesma sociedade não toma consciência porque isso está no seu subconsciente". Para ele, o fundamental é as pessoas tomarem consciência de que são racistas, pois os fatos mostram isso, e, a partir dessa tomada de consciência, devem agir de forma coerente e plausível.

A batalha contra a discriminação racial é árdua, e nem sempre recompensadora. Os casos de racismo, recorrentes na sociedade, indignam muita gente, mas poucos tentam mudar essa realidade. É preciso ter coragem para enfrentar o preconceito a fim de garantir o direito à igualdade. Os resultados demoram décadas para aparecer, mas cada pequeno avanço é comemorado. A luta contra o racismo e as desigualdades raciais precisa ser uma bandeira defendida por toda a sociedade e não apenas pela população negra, articulada ou não por meio de movimentos sociais. A ocorrência de atos discriminatórios, ainda hoje, é um obstáculo ao pleno desenvolvimento da sociedade brasileira.

A discriminação racial e étnica continua a ser um dos maiores problemas de direitos humanos no mundo atual, atingindo tanto minorias étnicas quanto, em alguns casos, populações inteiras. Se temos hoje motivos para comemorar o fim da segregação racial e a vigência de um regime democrático na África do Sul, crescem no mundo as manifestações de ódio racial, expandem-se os grupos neonazistas, que promovem a xenofobia e a intolerância, multiplicam-se os *sites* que propagam o ódio racial pela internet.

Como tem sido notado, o fato de pertencermos a uma nação marcada por contrastes de todo tipo constitui um privilégio no mundo contemporâneo, mas tal privilégio, de constituição de uma sociedade multicultural e multirracial, não tornou o Brasil imune ao flagelo do racismo e da intolerância racial.

Nas próximas seções trarei as revisões teóricas que irão subsidiar o trabalho em questão, tratando especificamente sobre o campo semântico da palavra-chave **racismo** e nos

itens lexicais **discriminação racial** e **preconceito**, além da colocação **insultos raciais**, como especificados a seguir.

### 3.2 O que vem a ser racismo?

Eu tenho um sonho, que um dia meus quatro filhos vivam em uma nação onde não sejam julgados pela cor de sua pele, mas pelo seu caráter.

Martin Luther King

Segundo a carta aos delegados da PoliONU, (Alunos do Ensino Médio do Colégio Poliedro e das escolas parceiras do Sistema de Ensino Poliedro, que se reúnem anualmente para complementar assuntos que são ensinados dentro da sala de aula), a humanidade causa atritos trágicos entre semelhantes, ignorando, portanto, que todos nós constituímos uma única espécie e vivemos sobre preceitos de sermos todos merecedores de respeito físico e moral. Não se entende o termo racismo como descrição de raças ou grupos étnicos realizados pela biologia, pois somos todos uma só espécie, com diferentes traços genéticos, e tais diferenças são incapazes de determinar maior ou menor grau de superioridade entre populações. Portanto, a discriminação racial é ilegítima perante o conhecimento científico, mas, infelizmente, ela constitui o foco de diversos conflitos internacionais ou de tensão dentro de vários países.

Uma das bases fundamentais dos direitos humanos é o princípio de que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Discriminação e perseguição com base na raça, etnia ou credo são claras violações desse princípio. A discriminação racial pode tomar muitas formas, desde a mais brutal e institucional forma de racismo, como o genocídio e o *apartheid*, até as formas mais encobertas, por meio das quais determinados grupos raciais e étnicos são impedidos de se beneficiarem dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais comuns a outros grupos da sociedade (PoliONU, 2012).

Embora tendo presentes os maus exemplos do passado, a verdade é que sentimentos dessa natureza persistem em prejuízo de indivíduos ou grupos segregados, independentemente do seu nível econômico e da partilha ou não dos valores, princípios e matrizes fundamentais da sociedade de acolhimento.

Assim, pode-se dizer que, com ou sem a intervenção estatal, a discriminação existe, e é preciso promover a ideia de igualdade como solução para o problema. O artigo 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos explicita muito bem esse princípio:

Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Para a imprensa e até mesmo para a literatura especializada na área, a palavra racismo tem significados diferentes, ainda que correlatos. É referido como sendo um corpo de atitudes, preferências e gostos instruídos pela ideia de raça e de superioridade racial. Assim, por exemplo, as pessoas que consideram os negros feios, ou menos inteligentes, ou menos trabalhadores, são comumente referidas como racistas.

Estudiosos diferenciaram o *preconceito*, sistema de atitudes, por um lado, e *discriminação*, comportamentos e ações discriminatórias de cunho racial, por outro. Para Antônio Guimarães (1998, p. 18):

[...] conquanto atitudes se espelhem comumente em comportamentos, é totalmente possível que o autocontrole e as normas de conduta impeçam tal transmutação. Assim, é plausível imaginar-se um preconceituoso que, ainda que considere os negros menos trabalhadores que os brancos, refreie-se de tratar diferentemente negros e brancos, ou mesmo de expressar publicamente a sua opinião.[...]

Por isso, diz-se que a discriminação racial consiste no tratamento diferencial de pessoas baseado na ideia de raça, podendo tal comportamento gerar segregação e desigualdade raciais. Com isso, vê-se que o preconceito pode manifestar-se seja de modo verbal, reservado ou público, seja de modo comportamental, sendo que, só neste último caso, é referido como discriminação.

### **3.3 O que são insultos raciais?**

Charles Flynn (1977, p. 3-6) define o insulto como “um ato, observação ou gesto que expressa uma opinião bastante negativa sobre uma pessoa ou grupo”. Mais que uma opinião negativa, o insulto implica a violação de uma norma social, consiste em atos, expressões ou



gestos socialmente proibidos. Há uma visível variação na intenção do insulto, porém, ela está sempre ligada a uma relação de poder. Flynn (1977, p. 3-6) lista algumas dessas intenções:

- a) legitimação e reprodução de uma ordem moral;
- b) legitimação de uma hierarquia entre grupos sociais;
- c) legitimação de uma hierarquia no interior de um grupo;
- d) socialização de indivíduos em um grupo.

Segundo Guimarães (2000, p. 33), há um ordenamento no modo como os grupos dominantes estigmatizam os dominados. Isso ocorre quando tais grupos detêm o efetivo poder de fazer crer, a si mesmos e aos próprios execrados, que tais estigmas são verdadeiros.

O primeiro modo de estigmatizar é a pobreza, o segundo modo é atribuir como características definidoras do outro grupo a delinquência, o terceiro, atribuir ao outro grupo hábitos deficientes de limpeza e higiene. O quarto modo é tratar os dominados como animais, ou não inteiramente pertencentes à ordem social.

Do mesmo modo, o autor descreve os insultos raciais como sendo instrumentos de humilhação, que cumprem seu objetivo, justamente porque demarcam o afastamento entre o insultador e o insultado, remetendo-o à pobreza, à anomia social, à sujeira e à animalidade. Os próprios termos “negro” e “preto” são pejorativos, podendo ser usados desacompanhados de palavras que sintetizam outros sentidos aos termos. Assim, os referidos termos passam a ser uma síntese verbal de estigmas presentes na fala do insultador. Mais que o termo, a própria cor adquire função estigmatizante, como demonstram os sinônimos presentes em dicionários de língua vernácula: sujo, encardido, lúgubre, maldito, sinistro e perverso, entre outros.

Tais insultos são reiterados com termos ofensivos pelos quais o grupo é reconhecido. Exemplos de reiteração que têm por finalidade associar o nome grupal a qualidades desprezíveis são: “Preto safado, negro-sem-vergonha, preto vagabundo”.

A animalidade presentes nos insultos é expressa, principalmente, pelos termos “macaco”, “urubu”, “vaca”, “cadela” e “barata”. Para Leach (1983), a anomia social pode ser subdividida em três maneiras:

- a) termos ligados à delinquência, como: “ladrão”, “folgado”, “maconheiro”, dentre outros;
- b) termos que se referem à moral sexual, como: “filho-da-puta”, “prostituta”, “sapatão”, “homossexual”, entre outros;

c) termos que estigmatizam a religião, como: “macumba” e “macumbeira”.

O estigma da sujeira está presente nos termos “fedida”, “suja”, “merda”, dentre outros. A condição social inferior é referida por termos como “favelado”, “desclassificado”, “não falo com gente da sua classe”, dentre outros.

É de suma importância sintetizar quando o insulto é desferido? Quais as posições do agressor e da vítima na relação social? Que tipo de insulto é desferido? É o que trataremos no próximo tópico.

### **3.4 As situações do insulto**

O insulto racial, segundo Guimarães, pode ocorrer durante o conflito, como também pode ocorrer ao contrário, ocasionando, assim, o conflito. Pode ser uma arma de última instância, mas também um primeiro trunfo a ser sacado.

Hasenbalg (1979, p. 252) aponta que os insultos raciais podem ser vistos com frequência, verbalizados em contextos amistosos, mesmo que a intenção ofensiva não esteja claramente presente. O insultador expõe o seu ponto de vista sobre o insultado. Durante conversas informais com amigos próximos, há relatos, por exemplo, de adultos que se questionam, porque os amigos, mesmo que em situações amistosas, sempre o chamavam de “Zé gotinha da Petrobrás”, “capa de Bíblia”, “tiziú”, “tição”, entre outros. Como é de se esperar, essas expressões de intimidade não estão presentes nas queixas prestadas em delegacias.

O insulto racial, presentes nas queixas prestadas nas delegacias de todo o Brasil, aparece nas situações descritas a seguir, segundo o texto “O Insulto racial: as ofensas verbais registradas em queixas de discriminação” (GUIMARÃES, 2000). Primeiro, quando a relação entre o acusador e o acusado está bastante tensa e desgastada. Em determinado momento, uma das partes resolve utilizar o insulto como modo de humilhar seu desafeto.

Segundo, quando durante uma disputa qualquer, esgotados os meios de convencimento, diante da falta de assentimento da vítima, a injúria é usada para encerrar a disputa através da humilhação. Nesse caso, é possível notar a insistência provocada pela petulância e pela arrogância.

Terceiro, quando uma falha involuntária da vítima, provoca o ódio do agressor. É como se houvesse, por parte deste, uma animosidade gratuita ou motivada por eventos

anteriores que, diante de qualquer ocasião, se manifesta de maneira grosseira, insultando qualquer pessoa que se encaixe nos moldes de sua revolta.

Quarto, quando não há conflito instaurado e o insulto serve apenas para, de maneira extremada e desnecessária, demarcar a separação racial que há entre o agressor e a vítima. Em muitos casos, a segregação social fala mais alto e o agressor, desprovido de bom senso e de respeito, insulta sua vítima da maneira mais cruel possível.

Quinto, quando ocorre a situação inversa do terceiro caso, e o agressor vê-se na posição de ser corrigido ou repreendido por haver cometido uma falha e, para reverter tal situação, agride verbalmente a vítima. Nesses casos, estão sujeitos os negros que ocupam um cargo superior, ou que, no cumprimento dos deveres do cargo, vêm-se obrigados a fazer cumprir as normas.

Na maioria dos casos apresentados em Guimarães (2000), é perceptível o sentimento hierárquico de superioridade do agressor, ferido pelo comportamento igualitário do ofendido, que o assusta ou desagrada. Mais que uma arma de conflito, o insulto é uma forma ritual de ensinar a subordinação através da humilhação.

Uma constatação presente no já citado texto de Guimarães, e importante ressaltar, é que é notória a disparidade entre o quantitativo de queixas registradas por homens e mulheres. É maior o número de mulheres que se queixam de discriminação, bem como é maior o número de mulheres com queixas de insultos. O referido texto revela que os insultos são principalmente desferidos por mulheres contra mulheres e por homens contra homens.

A função do insulto racial é institucionalizar um inferior racial. Isso significa que o insulto deve ser capaz de, simbolicamente, fazer o insultado retornar a um lugar inferior já historicamente constituído.

As situações de insulto, quando a posição de inferioridade do negro precisa ser reforçada por rituais de humilhação pública, ocorrem principalmente no trabalho e nos negócios, nos quais o cliente ou usuário se sente ameaçado pela autoridade de que o negro está investido, ou em situações em que os brancos se sentem incomodados pela conduta igualitária.

Sendo assim, o insulto tem a função de ensinar a vítima seu lugar esperado, ou seja, a subserviência. Para tanto, são sempre mencionados o deslocamento social ou o lugar que as vítimas deveriam ocupar: lugares simbolizados como os menos importantes e mais

desfavorecidos. Como mostrarei na próxima seção, ao tratar sobre a intolerância em sua generalidade.

### **3.5 Intolerância Correlata**

Ao analisarmos a trajetória da humanidade, notamos um comportamento intolerante e relutante quanto ao novo, ou até mesmo quanto ao diferente. Diferenças de orientação sexual, credo, gênero, etnia e nacionalidade geraram guerras e conflitos e, infelizmente, ainda nos acompanham.

Nunca, na história da humanidade, estivemos tão tecnologicamente avançados, porém nossa evolução, no âmbito humanitário, está longe de ser considerada satisfatória. Até hoje, governos violam os direitos humanos em suas constituições, quando proíbem o homossexualismo, a liberdade de expressão e a liberdade religiosa, por exemplo.

Nesse cenário, os preconceitos contra as mulheres vêm de muito longe. Estão nos ditados e nas canções de diversos povos. Seja nos conselhos dos mais velhos, seja na obra de filósofos ou nos textos de pensadores. Com isso em mente, aprofundaremos um pouco mais sobre o assunto, no próximo tópico.

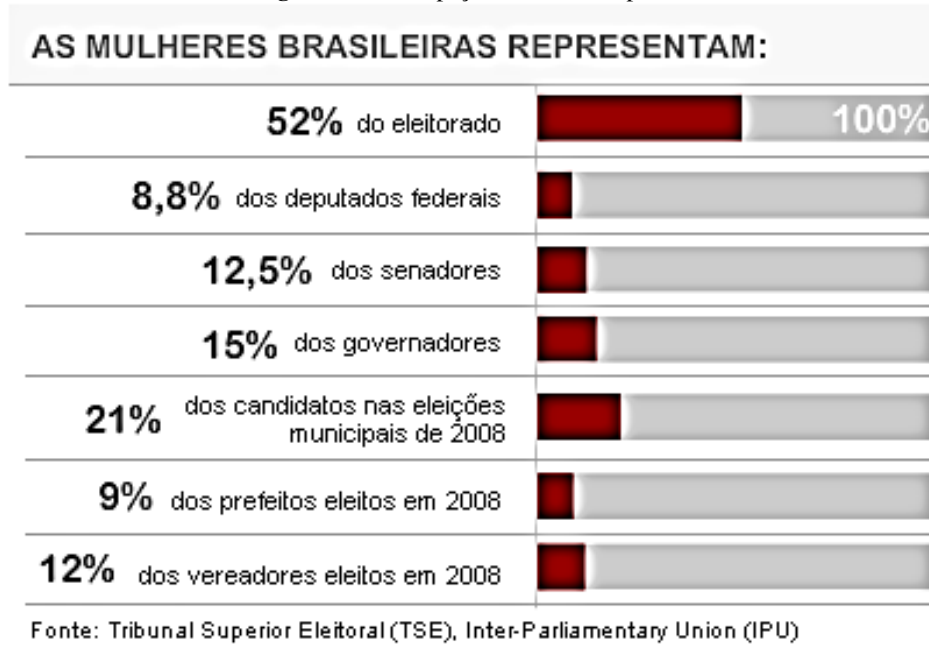
### **3.6 Intolerância contra a mulher negra**

O grande problema crônico enfrentado pelas mulheres ainda é a violência e a intolerância, um flagelo global que afeta milhões em todo o mundo.

O primeiro relatório da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, ONU Mulheres, concluiu que as mulheres ganham menos, têm empregos mais vulneráveis e estão mais expostas à violência. A diretora da agência da ONU para Mulheres, Michele Bachelet, disse, na apresentação do primeiro relatório da agência, que “a igualdade total exige que as mulheres se tornem verdadeiramente iguais aos homens à luz da lei – nas suas casas, na vida laboral e na esfera pública”. O relatório salienta que “a discriminação e a injustiça de gênero continuam a prevalecer em todo o mundo” (ONU Mulheres, 2011).

No Brasil, um país atualmente governado por uma mulher e no qual a maioria da população é constituída por mulheres, a participação política feminina nas esferas governamentais ainda é baixa, como mostra a figura 1 a seguir:

**Figura 1** – Participação feminina na política.



A possibilidade de a mulher trabalhar ganhou força principalmente no contexto das duas grandes guerras, pois, com grande parte dos homens envolvidos com as guerras, as mulheres ocuparam os postos de trabalhos vagos. Ao fim de ambas as guerras surgiram campanhas para desvalorizar o trabalho feminino, mostrando que os avanços conseguidos estavam restritos ao âmbito legislativo.

Não faz muito tempo que ainda não era comum uma mulher pregar um quadro, comandar o orçamento de sua própria família, dirigir um carro, e nos aviões só entravam como passageiras ou atendentes de bordo. Enfrentando preconceitos e derrubando estereótipos, temos hoje mulheres à frente de grandes obras, trabalhando em oficinas mecânicas, pilotando aviões e comandando o mercado financeiro. As mulheres provaram que são tão capazes quanto os homens de cumprir qualquer função.

Apesar dos avanços, devemos nos lembrar de que ainda existem países nos quais as mulheres são proibidas de trabalhar e de exercer muitos direitos básicos do ser humano. Na

Arábia Saudita, por exemplo, não estão autorizadas a conduzir automóveis. A própria charia (código de leis islâmico) atribui direitos legais diferentes para os homens e as mulheres, assim como para mulçumanos e adeptos de outras religiões.

Em suma, ainda que as mulheres sejam hoje mais valorizadas e estejam conquistando seu espaço na sociedade moderna, os absurdos aos quais elas são submetidas não podem ser ignorados e devemos combatê-los com determinação e urgência.

Uma das maiores particularidades do racismo brasileiro é o modo como o preconceito se esconde sob a máscara de um país racialmente democrático. Com a justificativa de que o Brasil não enxerga cor e que é composto quase totalmente por pessoas miscigenadas, discursos de ódio são reproduzidos a todo o momento. Essa realidade cria limites muito palpáveis sobre as possibilidades e oportunidades das pessoas negras, podendo as opções de quem podem ser, e até onde podem chegar na vida. Sob esse ponto de vista, trataremos a respeito da mulher negra, no próximo tópico.

### **3.7 A mulher negra**

Para Maria Nilza, a situação da mulher negra, no Brasil de hoje, manifesta um prolongamento da sua realidade vivida no período de escravidão, pois ela continua em último lugar na escala social e é aquela que mais carrega as desvantagens do sistema injusto e racista do país (DA SILVA, 2003).

A mulher negra apresenta menor nível de escolaridade, trabalha mais, porém com rendimento menor, e as poucas que conseguem romper as barreiras do preconceito e da discriminação racial e ascender socialmente têm menos possibilidades de encontrar companheiros dispostos a acompanhá-las, respeitando-as no patamar em que estão.

A autora defende que as mulheres negras que conquistam melhores cargos no mercado de trabalho despendem uma força muito maior que outros setores da sociedade, sendo que algumas provavelmente pagam um preço alto pela conquista, muitas vezes, abdicando do lazer, da realização da maternidade, do namoro ou casamento. Pois, além da necessidade de comprovar a competência profissional, têm de lidar com o preconceito e a discriminação racial que lhes exigem maiores esforços para a conquista do ideal pretendido. A questão de gênero é, em si, um complicador, mas quando somada à da cor, significa as maiores dificuldades para os seus agentes.

O Brasil, que se favoreceu do trabalho escravo ao longo de mais de quatro séculos, colocou à margem o seu principal agente construtor, o negro, que passou a viver na miséria, sem trabalho, sem possibilidade de sobrevivência em condições dignas. Provavelmente, o mais cruel de todos os males foi retirar da população negra a sua dignidade enquanto raça, remetendo a questão da negritude aos porões da sociedade. O próprio negro, em alguns casos, não se reconhece, e uma das principais lutas do movimento negro e de estudiosos comprometidos com a defesa da dignidade humana é contribuir para o resgate da cidadania do negro.

A pobreza e a marginalidade a que é submetida a mulher negra reforça o preconceito e a interiorização da condição de inferioridade, que, em muitos casos, inibe a reação e a luta contra a discriminação sofrida.

Na atualidade, não se pode tratar a questão racial como elemento secundário, destacando apenas a problemática econômica. A posição social do negro não se baseia apenas na possibilidade de aquisição ou consumo de bens. Ainda há uma grande dificuldade da sociedade brasileira em assumir a questão racial como um problema que necessita ser enfrentado. Enquanto esse processo de enfrentamento não ocorrer, as desigualdades sociais baseadas na discriminação racial continuarão, e, com tendência ao acirramento, ainda mais quando se trata de igualdade de oportunidades em todos os aspectos de sociedade.

Na próxima seção, trataremos especificamente a respeito dos estudos críticos da linguagem, e as categorias em que esta, se subdivide, revelando as reais intenções presentes na composição e nas escolhas do discurso.

## **4 LINGUAGEM E PODER**

Os conceitos que regem nosso pensamento não são simples assuntos do intelecto, regem também, nosso funcionamento cotidiano, até os detalhes mais mundanos e muitas vezes, imperceptíveis. Porém, não é algo do qual sejamos normalmente conscientes. Na maior parte das pequenas coisas que fazemos todos os dias, pensamos e atuamos automaticamente de acordo com nossas convicções.

Bakhtin em seus ensaios filosóficos marxistas sobre a linguagem sustentou que a “verdadeira substância da língua” não repousa na interioridade dos sistemas linguísticos, mas no processo social da interação verbal (BAKHTIN, 2002, p. 123). Essa filosofia apresenta a enunciação como realidade da linguagem e como estrutura socioideológica, de sorte que prioriza não só a atividade da linguagem, mas também, sua relação com seus usuários.

O autor apresenta uma visão dialógica e polifônica da linguagem, constituída de diversas vozes, segundo as quais se articulam e debatem, e isso é crucial para a abordagem da linguagem, uma vez que viabiliza a análise de contradições sociais e lutas pelo poder que levam o sujeito a selecionar determinadas estruturas linguísticas e articulá-las de determinadas maneiras num conjunto de outras possibilidades.

### **4.1 A constituição da Análise de Discurso Crítica**

O termo “Análise de Discurso Crítica (ADC)” foi cunhado pelo linguista britânico Norman Fairclough, em um artigo publicado no ano de 1985 no periódico *Journal of Pragmatics*. E que, segundo Izabel Magalhães, da Universidade de Brasília, contribui significativamente para os estudos críticos da linguagem e para “a criação de um método para o estudo do discurso” (MAGALHÃES, 2005, p. 3).

A metodologia apresentada pelo autor tem como ponto positivo a elucidação de categorias que nos revelam como esses textos foram construídos, porque, e quem se beneficia, bem como, em contrapartido, quem é colocado em desvantagem em virtude de tais construções. Sendo assim, o estudo das categorias propostas pela análise de discurso crítica nos dá a oportunidade de revelar as configurações de poder presentes nos textos, de forma que possamos descobrir e comunicar o que eles têm de complexo.



O objetivo de Fairclough é desenvolver uma análise do discurso que seja capaz de investigar a mudança na linguagem como método de estudo das mudanças sociais e culturais. Ele considera o uso da linguagem como forma de prática social, como modo de ação e como modo de representação, conectando a relação dialética com a estrutura social, moldado e restringido pela estrutura social. Segundo ele, os três efeitos do discurso relacionam-se com as três funções da linguagem, sendo elas: identitária, relacional e ideacional. Tais funções serão elucidadas no tópico a seguir.

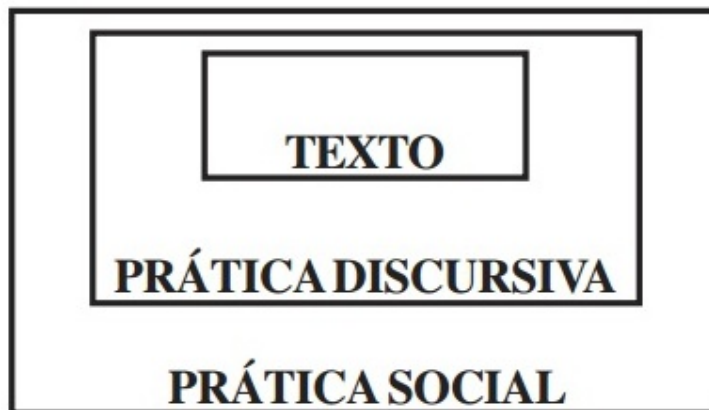
#### **4.1.1 A Análise de Discurso Crítica de Norman Fairclough**

Nesta seção são apresentados alguns conceitos de importância substancial para pesquisas na ADC, com destaque para Fairclough (2001), que desenvolve as bases teóricas e analíticas de uma disciplina que vem se constituindo de maneira consistente e que contribui em questões de grande relevância social.

A ADC estuda as interações sociais a partir da análise de textos. No entanto, não se trata de um estudo puramente sociológico, tampouco de uma abordagem estritamente linguística dos textos, ela é inserida no limiar entre esses dois pontos, buscando a relação do elemento linguístico com o elemento social.

O modelo tridimensional da ADC proposto por Fairclough em 1989 e aprimorado em 1992, em *Discurso e mudança social*, distingue três dimensões no discurso, tais como: texto, prática discursiva e prática social. Nesse modelo, representado pela figura 2 a seguir, a análise é dividida em três etapas, vejamos:

**Figura 2** – Concepção tridimensional do discurso em Fairclough (1992, p. 101).



O modelo de análise do texto é subdividido em categorias, tais como: o vocabulário, que trata das palavras individuais; a gramática trata das palavras combinadas em frases; a coesão trata das ligações entre as frases, através de mecanismos de referência, palavras de mesmo campo semântico, sinônimos próximos e conjunções; e por fim, a estrutura textual, que refere-se às propriedades organizacionais do texto em larga escala, às maneiras e à ordem em que elementos são combinados.

Por prática discursiva entende-se os processos de produção, distribuição e consumo do texto, que são processos sociais relacionados a ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares. A natureza da prática discursiva é variável entre os diferentes tipos de discurso, de acordo com fatores sociais envolvidos, e é mediadora entre o texto e a prática social, segundo Fairclough (2001, p. 35-36):

A conexão entre o texto e a prática social é vista como mediada pela prática discursiva: de um lado, os processos de produção e interpretação são formados pela natureza da prática social, ajudando também a formá-la e, por outro lado, o processo de produção forma (e deixa vestígios) no texto, e o processo interpretativo opera sobre 'pistas' no texto.

Na análise das práticas discursivas, participam as atividades cognitivas de produção, distribuição e consumo do texto. Analisam-se também as categorias força, coerência, e intertextualidade. A força dos enunciados refere-se aos tipos de atos de fala desempenhados; a coerência, às conexões e inferências necessárias e seu apoio em pressupostos ideológicos; a análise intertextual refere-se às relações dialógicas entre o texto e outros textos (intertextualidade) e às relações entre ordem de discurso (interdiscursividade).

A análise da prática social está relacionada aos aspectos ideológicos e hegemônicos na instância discursiva analisada. Na categoria *ideologia*, observam-se os aspectos do texto que podem ser investido ideologicamente, como os sentidos das palavras, as pressuposições, as metáforas, o estilo. Na categoria *hegemonia*, as orientações da prática social, que podem ser orientações econômicas, políticas, ideológicas e culturais. Procura-se investigar como o texto se insere em focos de luta hegemônica, colaborando na articulação, desarticulação e rearticulação de complexos ideológicos (FAIRCLOUGH, 1997).

Entender o uso da linguagem como prática social implica compreendê-la como um modo de ação historicamente situado, que é constituído socialmente, mas também é constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença.

É útil, contudo, fazer uma ressalva: com o aprofundamento da questão social na ADC, é importante salientar a necessidade de nos mantermos atentos aos dados linguísticos, que devem, necessariamente, sustentar a análise do ponto de vista das práticas sociais. Sobretudo, é preciso cuidar para não se separar as análises linguística e social, afinal, o objetivo é mapear conexões entre o linguístico e o social em uma análise verdadeiramente integrada.

#### **4.2 Léxico e ideologia na produção discursiva**

Entre as propriedades discursivas que são relevantes para o estudo da questão social e investigação do fenômeno ideológico, a seleção lexical é uma das que está mais associada a crenças, atitudes e ideologias dos interlocutores e por isso contribui para a identificação das representações sociais que os membros da sociedade têm das estruturas sociais.

Beatriz Daruj Gil (2009, p. 80) defende que para saber como a escolha de uma palavra, enunciada em uma produção de texto, reflete a visão de mundo ou a ideologia defendida por quem enuncia, deve-se realizar um estudo do significado do léxico do ponto de vista do discurso.

À medida que o homem cresce e conhece seres e objetos, surge a necessidade de categorizar e nomear os novos elementos conhecidos, construindo para isso um sistema classificatório: o léxico. O conjunto de unidades lexicais de uma língua demonstra a experiência acumulada e conseqüentemente, as práticas culturais e sociais praticadas pelos falantes dessa língua. A unidade lexical utilizada em um discurso é tida como resultado de uma escolha singular, feita pelo enunciador de acordo com as necessidades da situação.

A Análise de Discurso Crítica, perspectiva teórica trabalhada anteriormente, parte do princípio que as ideologias são determinadas socialmente, sendo produzidas e reproduzidas por meio de discursos, em que os interlocutores se utilizam de palavras que expressam seu entendimento da realidade. Como vimos, os estudos da ADC procuram analisar o discurso como prática de um sujeito que constrói os processos discursivos a partir da sua natureza e de sua ideologia.

De acordo com as ideias de Teun A. van Dijk (2003, p. 57-58) as escolhas lexicais são uma das propriedades do discurso mais fortemente orientadas para a estrutura social e mais relevantes para o estudo dos aspectos sociais da linguagem, pois estão diretamente associadas a crenças, atitudes e ideologias dos interlocutores, o que significa que apontam diretamente

para a realidade e para o entendimento de mundo dos enunciadores, podendo revelar estruturas sociais de dominação fundidas nas formas de vida cotidiana por meio dos discursos.

Em van Dijk (1997, p. 108) encontramos que “tal como não há uma linguagem ‘privada’, também não há, de acordo com a nossa definição, ideologias pessoais”. Para adquirir e utilizar representações da realidade são necessários discursos reais e ações sociais, o que caracteriza a ideologia como social e cognitiva. Dessa forma tem consolidada sua identidade o que facilita a ação conjunta e faz com que um grupo se fortaleça, sintam-se poderoso e superior e produza um discurso que organiza a sociedade de forma polarizada, pondo ênfase nos seus próprios aspectos positivos e nos aspectos negativos do outro (*nós x eles* ou *nós x os outros*) (VAN DIJK, 2003a, p. 56-58).

Para explicar a combinação dessas crenças sociais de um grupo com sua expressão no discurso, van Dijk (2003a, p. 57-58) formula um quadrado ideológico que pode ser aplicado à análise de uma estrutura do discurso:

**Quadro 1– Quadrado ideológico**

Por ênfase em nossos aspectos positivos
Pôr ênfase em seus aspectos negativos
Tirar ênfase de nossos aspectos negativos
Tirar ênfase de seus aspectos positivos

Como a realização de uma análise do discurso completo é inviável, o autor entende que “es preciso optar y seleccionar para un análisis más pormenorizado aquellas estructuras que sean relevantes para el estudio de una cuestión social” (VAN DIJK, 2003a, p. 148), como, por exemplo, as escolhas lexicais.

E como disse acima, a escolha lexical é uma das propriedades ou estruturas do discurso mais orientadas para a estrutura social e mais relevantes para o estudo dos aspectos sociais da linguagem, pois está diretamente associada a crenças, atitudes e ideologias dos interlocutores.



Neste sentido, estou ciente de que o presente estudo debruça-se sobre a representação dos casos de insultos raciais nos sites em questão, e não sobre o racismo no Brasil propriamente dito, mas podem oferecer certos entendimentos sobre o assunto.

Para ilustrar como os insultos acontecem, apresento a seguir, um quadro com os termos usados contra os negros, de acordo com o quadro utilizado por Guimarães (2000), e que foram publicados nas reportagens analisadas.

**Quadro 2** – Termos insultuosos, classificados por categorias de afastamento entre grupos.

<b>Nomeação genérica</b>	<b>Animal</b>	<b>Hierarquia social</b>	<b>Delinquência e defeitos morais</b>	<b>Higiene</b>	<b>Defeitos físicos, mentais e doenças</b>
Preto (a) Pretinho (a) Mestiça Negro (a) Negrinha Escurinha	Macaco (a) Burro (a) Urubu Orangotango	Subdesenvolvido Pobre Escravo	Vagabundo Estúpida Malandra Ladrão (a) Safado (a) Terrorista Bandido (a) Ignorante Sem vergonha Sem futuro	Merda Bosta Sujo Fedido (a) Nojenta	Retardado Idiota Câncer

O insulto racial visa estabelecer uma fronteira, distância social, que por algum motivo, se vê ameaçada de ser apagada, transposta. De acordo com as ideias de Guimarães (2000, p. 33), o insulto “significa a violação de um tabu, ou seja, consiste na expressão de nomes, atos ou gestos socialmente interditos” (Guimarães, 2002, p. 171), que expressam a opinião depreciativa de uma pessoa ou grupo. O insulto racial funciona como tentativa de legitimar uma hierarquia social baseada na ideia de “raça”. Visando, assim, lembrar o lugar (identidade) do insultado e a distância social que o separa do agressor, que ataca a integridade social do transgressor.

Para Guimarães (2000, p. 37), a situação que propicia a agressão verbal pode ensinar muito sobre o significado sociológico do insulto racial. Segundo o senso comum, o insulto ocorre apenas em situações de conflito entre o ofensor x ofendido, porém, essa afirmação nada mais é que a consequência do pressuposto que há igualdade e respeito aos direitos individuais entre ambas as partes, pressuposto que nem sempre é fidedigno. Além disso, o

insulto racial tanto pode ocorrer durante um conflito, quanto, contrariamente, pode ocasioná-lo.

Os insultos se constituem em uma relação de oposição binária aos valores: representam os desvalores. Revelam comportamentos e práticas sociais que são proibidos ou socialmente estigmatizados, nos dizem o que não se deve fazer, ou, mais radicalmente, o que não se deve ser. Constituem modalidade de classificação da realidade social e remetem a hierarquia de valores vigente numa determinada sociedade, ao sistema de classificação operante numa estrutura social. Estes sistemas são geralmente reconhecidos, mais que conhecidos, pois operam de forma oculta e inconsciente.

Além disso, ainda segundo as ideias de Guimarães, o insulto pode ter várias funções, tais como: atestar e reproduzir uma ordem moral; legitimar uma hierarquia entre grupos sociais, e até mesmo, internamente em um grupo, bem como reafirmar as diferentes posições ocupadas pelos integrantes desse grupo. Todas essas funções estão intimamente ligadas às relações de poder. Sendo assim, os insultos corroboram para a legitimação do lugar ocupado pelo dominador (insultador), bem como o lugar ocupado pelo dominado (insultado).

Como visto no quadro 2, os insultos raciais encontram sua expressão em uma série de ofensas específicas e amplamente difundidas. Este tipo de ofensa parece concentrar-se em supostas características físicas e morais, que distinguiriam os membros da “raça” negra. No jogo de distinção social, até os odores são objeto de classificação que assumem conotações raciais. O suor de negro, por exemplo, seria essencialmente diferente daquele do homem branco, possuindo outra natureza que o tornaria insuportável ao olfato. Bodum é o termo que pode ser utilizado para referir-se ao cheiro do corpo do negro, um cheiro que no dicionário indica o cheiro fétido de bode, remetendo à concepção de uma animalidade não domesticada e não domesticável, um cheiro impenetrável ao perfume da civilização. O cheiro de uma “raça” inferior. Há muito tempo, os nomes de animais são usados para emitir xingamentos e, na maioria dos casos, denegrir a imagem das pessoas. Vários termos com nomenclatura animal são usados de forma pejorativa.

A função ou intenção do insulto podem até variar, mas estão sempre ligadas a uma relação social. Um dos principais modos de estigmatização é a pobreza, no que se relaciona à visão de tratar e ver os dominados como animais, ou não inteiramente pertencentes à ordem social. Os insultos raciais seguem essa lógica. Como instrumentos de humilhação, sua eficácia

reside justamente em demarcar o afastamento do “insultador” em relação ao insultado, remetendo-o ao terreno da pobreza, da desigualdade social, da sujeira e da animalidade.

De acordo com Guimarães (2000, pg. 37), em se tratando de insultos verdadeiramente raciais, a animalidade é atribuída, na maioria dos casos, como ‘macaco’ e ‘urubu’, usados indistintamente para ambos os sexos. Já quando se trata de mulheres negras, o insulto racial é acompanhado, muitas vezes, de insulto sexual, que iguala mulheres a animais para atribuir-lhes devassidão moral, usando termos tais como: “vaca”, “galinha” ou “cadela”.

Em linhas gerais, a intenção do insulto está quase sempre ligada a uma relação de poder: o grupo dominante precisa monopolizar as melhores posições sociais em termos de poder e prestígio. O ser humano, na maioria das vezes, não percebe que ao fazer uso de nomes de animais para tentar exprimir sua ira está, na verdade, se animalizando também, pois entra no universo animal e traz suas características para o convívio social.

Assim como Guimarães (2000, p. 38), minha pesquisa, mesmo que ínfima, registrou inúmeras formas de insulto utilizadas para delimitar a subordinação através da humilhação. Consequentemente, evidenciando o insulto como um modo de dizer ao “outro” qual é o seu lugar na sociedade.

Dentro desse contexto, o racismo tenta justificar hierarquias de poder construídas a partir de uma repetição de mentiras, que prega até os dias atuais, a inferioridade e incapacidade intelectual do povo negro. O racismo está aí para tentar justificar hierarquias de poder. E isso se manifesta nesse momento da história brasileira, a partir do momento que há várias pessoas que são veementemente contra os programas sociais implementados para ajudar essas populações historicamente marginalizadas, evidenciando o eco da elite branca, que se recusava e protestava contra a abolição da escravatura, alegando que os negros precisavam ser tutelados.

O contexto mais claro e atual que transparece o flagrante do racismo presente na sociedade, está nas ações afirmativas. A justificativa absurda, por exemplo, de que a inserção de negros nas universidades baixaria o nível intelectual das instituições, é pautado na crença de que os negros não têm capacidade intelectual para frequentarem determinados tipos de espaços, como o espaço acadêmico.

Informo apenas, que, a abordagem da questão citada, não será sobremaneira aprofundada, tendo em vista o escopo do tema trabalhado, possibilitando com isso, que tal conteúdo seja otimizado em trabalhos posteriores.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse percurso pela ADC e pela análise das notícias sobre o racismo foi realizado para responder a um questionamento primordial: “Como os atores sociais são representados nas reportagens sobre o racismo, publicadas na internet?”.

Após leitura dos textos e análise dos dados, pude notar que os atores sociais são colocados em situação de oposição. Observando as atitudes de ambos, é evidente notar que os agentes das ações de racismo e injúrias raciais, são caracterizados como agressores (insultadores), enquanto que os pacientes são caracterizados como vítimas (insultados).

Nota-se ainda, que, as agressões variam em cada caso, porém, comprovam a notória existência do racismo no Brasil, apesar de todo discurso sócio-inclusivo, que abrange a maioria da população brasileira. Como se pode constatar, o racismo é uma prática discursiva e social existente em nossa sociedade, onde o preconceito é, muitas vezes, velado, e que precisa ser descortinada, para assim, ser combatido.

A língua pode ser considerada como um depósito das relações históricas de dominação vigente numa determinada sociedade, resultados de lutas e conflitos, que criam léxicos, metáforas, sistemas de classificações, insultos, possuindo uma força que as prolonga no tempo. A língua não é composta somente de um sistema lexical e de um conjunto de regras gramaticais, como sustentado por algumas teorias da linguagem, é o resultado de uma luta pela conquista do poder simbólico, um poder que visa impor uma visão e uma divisão do mundo social, instituindo sistemas de classificações específicos que produzem distinções socialmente significativas. Usando uma língua se opera então um recorte da realidade social, produzindo uma série de distinções significativas, socialmente assimiladas no processo de socialização primária, incorporadas de forma não consciente e logo naturalizadas.

No mundo social, organizado a partir de distinções e oposições significativas, as palavras produzem e justificam a realidade, criando um consenso sobre o sentido das coisas, que se torna senso comum, naturalizando os resultados de uma luta pelo poder de ordenar, classificar e dividir. Estas distinções linguisticamente significativas, que ativam o esquema de pensamento, percepção e ação, são, antes de tudo, resultados de distinções socialmente significativas, e, como nos casos apresentados, abrangem relações de gênero, raça, classe.

Nesta breve análise dos insultos encontrados nas matérias publicadas na internet nos últimos meses, podemos observar que a língua se constitui historicamente de tal forma que

determinados tipo de insultos afetam somente determinadas categorias. Esses insultos visam colocar e manter determinados grupos sociais, como mulheres e negros numa posição de inferioridade nas interações sociais da vida cotidiana. Essas interações remetem a um nível oculto, mas determinante, das estruturas sociais, que definem o horizonte de possibilidade, ao mesmo tempo social e linguística, dos agentes sociais. Trata-se de relações objetivas constituídas historicamente, relações de poder e de sentidos que não são percebidas, mas que definem a estrutura social no interior da qual a interação acontece.

A estrutura social define, portanto as condições de possibilidade de comportamento linguístico, determinando a natureza, a intensidade, a pertinência e o valor de cada ofensa, dependendo da posição ocupada pelos agentes sociais em relação ao gênero, classe e raça.

Há um provérbio africano que diz: “Cada um vê o sol do meio dia a partir da janela de sua casa”. Sou branca, nascida em um país onde a violência e a pobreza são pressupostos para a vida da maior parte da população, que é negra. Do lugar de onde falo, seria melhor e mais confortável, ignorar as constantes declarações racistas publicadas a todo o momento. Porém, vivemos no Brasil uma escalada assombrosa da violência racista, e esse tipo de postura e reação despolitizadas e alienantes tem um objetivo certo: abafar o real significado do racismo que gera desde bananas em campo de futebol até o genocídio do povo negro que continua em todo o mundo. E esse definitivamente não é o objetivo que compartilho.

Não tendo a pretensão de aprofundar a reflexão sobre ações afirmativas em si, quero apenas chamar a atenção para algumas questões de fundo que me parecem relevantes. É importante estarmos conscientes de que no mundo inteiro, há processos de etnicização, erupções de xenofobia e, conseqüentemente, conflitos bélicos e até genocídios. Penso que um discurso reivindicatório crítico que vise, com plena justeza, à implementação de políticas específicas para aqueles historicamente desprivilegiados, transformou o racismo em objeto de comentários cotidianos, esse debate sobre as ações afirmativas já tem tido um mérito simbólico importante: o de explicitar que há um “problema racial sério” a ser enfrentado.

Estaria na hora de redirecionarmos nosso olhar, aproveitando para avançarmos na análise e, desta forma, abrirmos novos horizontes e, quem sabe, perspectivas mais eficazes de combater o racismo.

## REFERÊNCIAS

\_\_\_\_\_. **A Análise Crítica do Discurso e a mercantilização do discurso público: as universidades.** In: MAGALHÃES, Célia. (Org.). Reflexões sobre a Análise Crítica do Discurso. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001. p. 31-82.

Alexandre Ciconello, **Oxfam International.** Junho 2008.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação.** São Paulo: Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. **Discurso, mudança e hegemonia.** In: PEDRO, Emília R. (Org.). Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sócio-política e funcional. Lisboa: Editorial Caminho, 1997. p. 77-104.

\_\_\_\_\_. **Discurso e mudança social.** Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001 [1992].

DA SILVA, Maria Nilza. **A Mulher Negra.** Mar. 2003. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/022/22csilva.htm>>. Acesso em: 2 abril 2014.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora UNB, 2001.

GIL, Beatriz Daruj. *Escolha lexical e ideologia em Bezerra da Silva, 2009.*

HASENBALG, Carlos A. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

JACCOUD, Luciana Barros e BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental.** Brasília: Ipea, 2002.

MÜLLER, Maria Lúcia; PAIXÃO, Lea Pinheiro. **Educação, diferenças e desigualdades.** Cuiabá: EdUFMT, 2006.

ONU Mulheres. **Relatório da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres.** Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/>>. Acesso em: 28 março 2014.

PoliONU 2012. **IV Conferência mundial contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata.** Disponível em: <<http://sistemapoliedro.com.br/polionu/index.html>>. Acesso em: 28 março 2014.

SANTOS, Ângela Maria. **Vozes e silêncio do cotidiano escolar: as relações raciais entre alunos negros e não negros.** Cuiabá: EdUFMT, 2007.

\_\_\_\_\_. **Semântica do discurso e ideologia.** In: PEDRO, Emília Ribeiro. (org.) *Análise Crítica do Discurso.* Uma perspectiva sociopolítica e funcional. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.

Toste, Verônica; Sassara, Luna; Feres Júnior, João; Barbabela, Eduardo; Moratelli, Gabriela. **Os casos de suspeita de racismo noticiados pela Folha de São Paulo.** Paulo: 2001-2012. *Textos para discussão GEMAA (IESP-UERJ)*, n. 5, 2014, pp. 1-74.

VAN DIJK, Teun Adrianus. ***Ideología y discurso.*** Barcelona: Ariel, 2003a.